

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**UMA PROPOSTA DE
AVALIAÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO
DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA VISUAL,
NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial, na área da deficiência visual, no Curso de Pós-Graduação, da Universidade Federal do Paraná.

Prof.ª Orientadora: Edinalva Oliveira

“...todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças”.

(CORDE, 1994, p.23)

Aqueles que se dedicam ao ingresso no ensino regular, da pessoa portadora de deficiência, proporcionando, ao mesmo tempo, sua integração nos diversos segmentos sociais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela inteligência e capacidade de estar sempre buscando novos caminhos e alternativas para o bem-estar do outro.

À Secretaria de Estado da Educação e Cultura e ao Departamento de Educação Especial, na pessoa da Professora Ivanilde Maria Tibola, lutadora incansável pela integração da pessoa portadora de necessidades especiais.

À professora Edinalva Oliveira, mestra dedicada, pelas críticas e orientações durante a execução desta monografia.

Aos Professores do Curso de Especialização em Educação Especial, na área de deficiência visual, pela dedicação e sementes de conhecimento, lançadas durante o curso.

Aos colegas, pelo companheirismo, partilha de experiências e incentivo na realização desta proposta.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma proposta de avaliação para encaminhamento da pessoa portadora de cegueira e/ou baixa visão, no ensino regular. Contribuíram nesta pesquisa, cinco professores do ensino regular e dez crianças na faixa etária de oito a onze anos. Os instrumentos utilizados foram: a) uma ficha, com questões, para os professores; b) testes para avaliar o desenvolvimento das condutas de base, neuro-motoras e perceptivo-motoras. Através dos resultados pôde-se observar: 1) Quanto ao ponto de vista do profissional que atua na educação especial, de um modo geral, acredita-se que a postura correta, a orientação e a locomoção independente são requisitos indispensáveis à integração social do portador de necessidades educativas especiais bem como servir-se da interdisciplinariedade para reger as atividades a serem propostas junto a essa clientela. 2) Quanto ao desenvolvimento dos indivíduos portadores de cegueira e/ou baixa visão, verificou-se que indivíduos não trabalhados apresentam defasagem no desempenho quando comparados a indivíduos da mesma faixa etária que receberam acompanhamento.

SUMÁRIO

RESUMO	
INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I	
1. Problema	07
2. Objetivos	07
a. Geral	07
b. Específicos	07
3. Delimitação	08
4. Justificativa	09
5. Hipótese	10
6. Procedimentos Metodológicos	11
6.1 Pesquisa de Campo	11
6.2 Coleta de Dados	11
6.3 Instrumentos	12
CAPÍTULO II	
1. Fundamentação Teórica	13
2. Entrevista	26
2.1 Gráficos dos resultados obtidos nas Entrevistas	27
2.2 Demonstração de resultados	31
3. Pesquisa de Campo (Pressupostos do Movimento)	33
4. Testes	37
5. Resultados dos grupos em estudo	41
6. Discussão	43
CONCLUSÃO	44
SUGESTÕES	45
ANEXOS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Há quase uma década que se procura saber e debater formas concretas e direcionamentos adequados acerca do processo de **avaliação**.

Questões tais como: quando avaliar e por que avaliar os portadores de necessidades educativas especiais emergem dentro deste contexto.

Diversos estudos foram propostos objetivando comparar o grau de desenvolvimento de um “indivíduo normal” com um indivíduo portador de “necessidades educativas especiais”, na área da visão.

Diante de tais proposições, uma efetiva proposta de **avaliação** deve perceber o desenvolvimento integral e/ou global do ser em estudo.

Tal **avaliação** fundamenta-se em três momentos distintos: **avaliação médico-oftalmológica, avaliação do desempenho visual e, avaliação para encaminhamento da pessoa portadora de deficiência visual, no ensino regular.**

CAPÍTULO I

1. Problema

Como a proposta de avaliação para encaminhamento educacional poderá favorecer o processo de ensino-aprendizagem, da pessoa portadora de deficiência visual, em sua integração e globalização?

2. Objetivos

a. Geral

-Propor formas de **avaliação para encaminhamento**, no ensino regular, **da pessoa portadora de deficiência visual** e sua integração e participação na sociedade.

b. Específicos

-Atualizar a pesquisa frente ao pensamento de autores que falam sobre a **avaliação**.

-Contextualizar a **avaliação** no processo ensino-aprendizagem da pessoa portadora de deficiência visual.

-Propiciar instrumentos que possam contribuir na **avaliação de encaminhamento da pessoa portadora de deficiência visual, no ensino regular**

-Realizar um estudo de campo com 10 (dez) indivíduos para verificar a viabilidade da proposta em questão.

3. Delimitação

Local: Curitiba-Paraná

Universo: portadores de necessidades educativas especiais

Amostra: 10 indivíduos, na faixa etária de 06 a 12 anos

Época: maio a novembro de 1997

4. Justificativa

Em consequência da Lei nº 5692/71 a Secretaria de Estado da Educação foi reestruturada, surgindo então o Departamento de Educação Especial, o qual, desde sua criação vem priorizando as questões administrativas e pedagógicas voltadas às atividades específicas: triagem, prevenção, avaliação e atendimento educacional.

Os programas de atendimento propostos pelo Departamento de Educação Especial, na área visual, englobam atividades previstas na Delib. 020/86: “educação precoce, treinamento básico, apoio educacional ao pré-escolar e ao escolar, iniciação para o trabalho, atendimentos complementares específicos (braille, sorobã, orientação, mobilidade e reeducação visual)

Em se tratando do processo da avaliação, nela emergem três momentos distintos:

a) Avaliação médico-oftalmológica

É um instrumento formal indispensável, de fundamental importância, para a avaliação, pois é através dele que o professor poderá ter informações precisas sobre o grau de comprometimento da visão e selecionar os possíveis casos de atendimento educacional, bem como auxílios ópticos e outros materiais específicos que deverão ser usados no processo ensino-aprendizagem.

b) Avaliação do desempenho visual

Com o laudo oftalmológico é possível levantar dados, através de instrumentos formais (escalas optométricas) e informais (luzes, materiais coloridos e outros) de avaliação sobre o nível de desenvolvimento viso-motor e suas implicações na área educacional.

c) Avaliação educacional

Compreende o desempenho acadêmico e visa detectar as dificuldades decorrentes do comprometimento visual.

Diante dos pressupostos apresentados anteriormente, o presente estudo tem como meta apresentar uma proposta de **avaliação** para pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.

5. Hipótese

Indivíduos previamente avaliados respondem melhor que indivíduos não avaliados.

6. Procedimentos Metodológicos

<i>Etapas</i>	<i>maio</i>	<i>junho</i>	<i>julho</i>	<i>agosto</i>	<i>set.</i>	<i>out.</i>	<i>nov.</i>
<i>1. Levant./ bibliográfico</i>							
<i>2. Seleção das fontes</i>							
<i>3. Revisão Literatura</i>							
<i>4. Pesquisa de campo</i>							
<i>5. Análise dos dados</i>							
<i>6. Entrega / monografia</i>							

Conforme demonstra a tabela acima, os meses de maio a novembro serão dedicados ao **levantamento bibliográfico**; junho a novembro, serão reservados para **seleção das fontes**; os meses de julho a novembro, para a **revisão literária**; setembro e outubro, **pesquisa de campo**; outubro e novembro, entretenimento com a **análise dos dados**, para que, em final de novembro, esta **monografia** esteja **concluída**.

6.1 Pesquisa de Campo

-Indivíduos portadores de necessidades educativas especiais

O presente estudo de campo será desenvolvido junto a dois grupos de análise. O **grupo controle** (G.C.) e o **grupo experimental** (G.E.) perfazendo um total de 10 indivíduos. Destes, 05 já haviam sido avaliados e encaminhados e para 05 não havia nenhum encaminhamento.

O G.C. está na faixa etária de 08, 09, 10 e 11 anos, fazendo pareamento de idade com o G.E.

Para levantar as dificuldades acadêmicas foram realizadas entrevistas com os professores do ensino regular e, quanto aos pressupostos do movimento, e entrevista com a professora de educação física.

6.2 Coleta de dados

Adotou-se os seguintes critérios:

- . Levantamento de dados sobre a acuidade visual;
- . Coleta de dados quanto ao ponto de vista do profissional de educação especial na área da visão.

Testes para verificar o desenvolvimento das condutas motoras de base, condutas neuro-motoras e condutas perceptivo-motoras.

No **grupo controle** as patologias encontradas foram amaurose bi-lateral, cegueira sem causa definida, tumor cerebral, atrofia óptica, enquanto que no **grupo experimental**, foram encontradas: ambliopia, coriorretinite, nistagmo, catarata congênita.

6.3 Instrumentos

Para a aferição da acuidade visual foram utilizadas, para perto, a tabela de Jaeger e, para longe, a Escala optométrica de Snellen.

Ficha para entrevista dos professores do ensino regular e de educação física.

Testes psicomotores.

CAPÍTULO II

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

a. Caracterização da pessoa portadora de deficiência visual

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), são consideradas pessoas portadoras de deficiência visual, a clientela que apresente uma perda, total ou parcial, da capacidade de percepção de imagens, provocada nos órgãos da visão.

Para esta verificação, são utilizados recursos que medem a acuidade visual, para longe e para perto, detectando os casos de cegueira e de visão reduzida, também chamada esta, de visão subnormal.

No estado do Paraná, conforme a proposta da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e o Departamento de Educação Especial (DEE), a pessoa portadora de deficiência visual deve apresentar as seguintes características para configurar caso, de atendimento educacional especial.

COMPROMETIMENTOS VISUAIS	ACUIDADE VISUAL	CARACTERÍSTICAS	CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO
Cegueira	menor que 0,02 ou 20/1000	- perda total da visão bilateral; - ausência de projeção luminosa ou percepção de formas; - percepção de luz sem projeção de imagem.	- apresentação do laudo oftalmológico; - amaurose bilateral; - qualquer faixa etária; - avaliação educacional.
Visão reduzida (subnormal)	acuidade visual entre 29/70 à 20/200	- perda parcial da visão em ambos os olhos; - perda do campo visual em ambos os olhos.	- diagnóstico médico; - comprometimento óptico bilateral; - avaliação educacional.
Patologias Progressivas	acuidade variável, segundo a progressão patológica	- perda da acuidade visual e/ ou; - diminuição do ângulo do campo visual gradativa e irreversível; - pode causar visão subnormal ou cegueira.	- parecer oftalmológico; - comprometimento óptico bilateral; - qualquer faixa etária; - avaliação educacional.
Ambliopia Funcional	acuidade não definida	- ausência de defeito orgânico; - não corrigível com o uso de lentes; - passível de reversão.	- diagnóstico médico; - até 8 anos de idade: uni ou bilateral; - após 8 anos de idade, bilateral; - avaliação educacional.
Distúrbios de alta refração	-	- alteração de refração da luz; - visão deturpada mesmo com o uso de lentes.	- parecer oftalmológico; - apresentar dificuldade educacional; - avaliação educacional.

(Fundamentos Teórico-Metodológicos para a Educação Especial, 1994 p.67)

Portanto, o alunado a ser atendido na educação especial, na área visual, são os portadores de **cegueira bilateral**, os de **visão subnormal** e **patologias progressivas**, todas comprovadas pelo laudo oftalmológico; **ambliopia funcional** (até 08 anos) e **vícios de alta refração** (apresentando dificuldade educacional), com o parecer oftalmológico.

b. Amparo legal do portador de necessidades educativas especiais

Sua origem remonta nos ideais da Revolução Francesa quando foi sistematizada a **Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão** (1789) na qual são assegurados, entre outros, o direito à liberdade, à propriedade e à segurança.

No Brasil, em 1961, a Lei nº 4.024/61 estabelece, em seu art. 88 que *“a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se, no que for geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade.”*

Baseando-se em tais considerações Lei nº 5692/71 visa *“proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.”*

O Conselho Estadual de Educação em sua Deliberação 020/86, do Conselho Estadual de Educação estabelece as normas da Educação Especial, no sistema de ensino.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96) consagra o capítulo V à Educação Especial. Em seu art. 58 aborda a Educação Especial, em modalidade escolar, na rede regular de ensino, a partir da educação infantil (0 a 6 anos).

No artigo seguinte, (art. 59), são assegurados ao portador de necessidades educativas especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, terminalidade específica, professores especializados, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração da pessoa portadora de deficiência, em classes comuns. Assegura, ainda, a educação especial para o trabalho e o acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais.

c. O processo ensino-aprendizagem e os portadores de necessidades educativas especiais, na área da visão

- O papel do docente

Os docentes que atuam na educação especial, voltada ao atendimento de portadores de necessidades educativas especiais na área da visão, enquadram-se em duas categorias:

- a. professores do ensino regular com Curso de Estudos Adicionais na área de Deficiência Visual;
- b. um professor de Educação Física, Especialista do Curso de Especialização em Atividade Motora adaptada para portadores de deficiências.

Para HOFFMANN (1993 p. 19) *“Os educadores, em geral, discutem muito como fazer a avaliação e sugerem metodologias diversas, antes, entretanto, de compreender verdadeiramente “o sentido da avaliação na escola.”*

Diz VASCONCELOS (1992 p.54-55), que, *“Enquanto na academia se fala que a função da avaliação é de diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem para uma tomada de decisão, etc., vimos que na prática da escola a avaliação está cumprindo uma função bem diferente. O futuro educador precisa tomar consciência dessa contradição, sob pena de ficar com um conjunto teórico que não da conta dos problemas da realidade.”*

Segundo BRUNO (1997 p.51) *“O professor de educação especial deve procurar analisar o nível de desenvolvimento em relação às estruturas cognitivas nas quais a criança opera. A partir de então o mesmo deverá atuar em conjunto com a família propondo uma programação pedagógica, tendo em vista o enriquecimento de experiências e vivências .”*

d. O papel do discente

A política educacional brasileira propõe a formação do educando em todas as suas dimensões, assegurando-lhe as mesmas oportunidades, sem discriminação de qualquer natureza.

A inclusão é apresentada como busca de soluções para que o aluno receba atendimento especializado, de acordo com suas necessidades educativas especiais, em classes comuns.

Segundo a SEED (1994 p.69) *“Todos os educandos portadores de deficiência visual em idade escolar, deverão estar regulamente matriculados em escolas comuns e subordinados à estrutura e funcionamento do ensino fundamental.*

Os Centros de atendimento Especializado (CAEDV) constituir-se-ão unicamente em suporte pedagógico ao aluno portador de deficiência visual e ao professor do ensino regular.”

Para tanto, WERNECK (1997 p.53) enfatiza que *“a inclusão exige uma transformação da escola”* pois, *“cabe à escola adaptar-se às necessidades dos alunos e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola”*. O autor segue dizendo, à p. 55 que: *“Uma educação com qualidade teria como consequência a presença de todos os tipos de crianças dentro de uma escola regular”* continua a autora.

Os desafios são grandes, mas nem por isso vai-se deixar de abrir espaços àqueles que possuem necessidades especiais pois a *“educação é para todos”*.

BRUNO (1997 p.50) *“A criança com deficiência visual necessita participar do processo de preparação e elaboração dos alimentos recebendo informações tátil - cinestésico - auditivas para poder observar o processo de transformação dos alimentos, fazendo experiências para compor suas hipóteses perceptivas”*.

Na seqüência, p. 51, relata o autor que: *“Crianças oriundas de famílias ou ambientes superprotetores, e não orientadas precocemente, que sofreram privação de vivências sensório-motoras integradas, limitações de movimentos e espaço, terão danos irreversíveis para a construção da inteligências prática e elaboração das representações simbólicas.”*

“Não basta estar incluído numa sala de ensino regular se, junto com os colegas o portador de necessidades educativas especiais não desenvolve sua capacidade crítica e criativa,” afirma CARVALHO, Rosita Edler em: **A prática da pesquisa na organização do trabalho pedagógico em escolas inclusivas.**

Sabe-se que o aluno portador de deficiência visual se adapta muito bem às circunstâncias e está sempre desejoso de aprender e fazer as mesmas coisas que os portadores de visão, basta que lhes sejam dadas oportunidades e ele as fará até onde lhes permitam suas limitações e capacidades.

Relativamente ao tema tratado, HOFMANN (1993 p.52-53) assegura que *"o aluno constrói seu conhecimento na interação com o meio em que vive. Portanto, depende das condições desse meio, da vivência de objetos e situações para ultrapassar determinados estágios de desenvolvimento e ser capaz de estabelecer relações cada vez mais complexas e abstratas."*

Diz ainda HOFMANN (1993 p. 24-26): *"Não estamos mais tão preocupados com que o aluno cumpra um determinado número de anos ou programas, mas sim em possibilitar-lhes, ao máximo, um percurso individualizado. Para cada ciclo de aprendizagem, o Ministério de Educação definiu objetivos a serem atingidos."*

Nesse sentido há uma avaliação, mas o fato de não compartimentar a aprendizagem mais individualizada."(Bernard, Capet, Inspetor da educação Nacional da França, em Entrevista à Revista Nova Escola, setembro/91, p. 18 a 20)

Ainda sobre o mesmo assunto, fala ALMEIDA (1995 p.55), *"Avaliando todos os momentos da aprendizagem escolar o aluno estará aprendendo também a avaliar os momentos de sua vida na sociedade, aprendendo a auto-avaliar-se, a descobrir-se, a pensar a si mesmo como parte do corpo social."*

e. Conceito e finalidade da avaliação

A legislação vigente (Delib. 020/86) do Conselho Estadual de Educação, prevê, em seu art. 16, que a pessoa portadora de necessidades especiais deve ser avaliada por profissionais credenciados pela SEED a fim de oferecer garantia e atendimento adequado , ao educando, em suas necessidades especiais e individuais.

ALMEIDA (1995 p.49) ao se referir à **avaliação** enfatiza que *"quando falamos sobre este tema podemos nos remeter imediatamente ao nosso país, à sociedade em que vivemos, à escola a que pertencemos, à nossa família e, também, a nós mesmos. Avaliar não é uma simples tarefa conclusiva, continua ele, mas é conteúdo necessário ao desenvolvimento de um pensamento fundado em princípios éticos: avaliar é um aprendizado de cidadania."*

À página 52, da mesma obra, ele prossegue dizendo: *“Não é difícil saber que qualquer avaliação é arbitrária pois sempre deixará de considerar um aspecto da realidade que deveria ter sido considerado. Pois a realidade é sempre mais rica que aquilo que captamos dela, mas, mesmo assim, é preciso que a avaliação seja feita. É por isso que a avaliação é uma constante busca, um contínuo desejo de abarcar a realidade, que sempre é mais rica.”*

Ainda segundo suas idéias, na seqüência, diz ALMEIDA, *“Então vamos avaliar a avaliação. Talvez a nossa primeira tarefa seja perguntar ao professor o que é avaliar. Será a avaliação um instrumento destinado a medir o conhecimento dos alunos? Será uma instrumento formal e cristalizado que serve para legitimar a atribuição de notas nos boletins? É preciso que o professor pense sobre isso e tenha clareza sobre esse conceito.”*

Segundo HOFFMANN (1993 p.33) *“QUALIDADE, numa perspectiva mediadora da avaliação, significa desenvolvimento máximo possível um permanente “vir a ser”, sem limites pré- estabelecidos, embora com objetivos claramente delineadores da ação educativa.”*

À página 58, o referido autor continua: *“Ultrapassar posturas convencionais na avaliação do desempenho dos alunos exige o aprofundamento em questões de aprendizagem e o domínio da área de conhecimento das diferentes disciplinas.”*

A respeito da Avaliação, tão discutida por vários autores, fala VASCONCELLOS (1992 p.32) que: *“A primeira questão que se coloca quando se fala de avaliação é relativamente aos objetivos da educação escolar, pois deles é que derivarão os critérios de análise do aproveitamento. A avaliação escolar está relacionada a uma concepção de homem, de sociedade (que tipo de homem e de sociedade queremos formar, etc.), ao Projeto Pedagógico da instituição.*

É justamente aqui que encontramos uma distorção, qual seja, uma distância muito grande entre o discurso e a prática, em função da alienação que perpassa nossas relações sociais.”

Na seqüência, tomando como ponto de partida o Currículo Básico, serão propostos os grandes eixos da Avaliação a qual tem como objetivo subsidiar com orientações adequadas a prática pedagógica do professor, pois é ele o principal responsável pelo processo ensino-aprendizagem.

f. Eixos da proposta de avaliação do portador de necessidades educativas especiais na área da visão

O processo de Avaliação comporta diversas etapas as quais permitem confrontar os dados e os resultados, identificando as causas que interferem no desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência visual, ao mesmo tempo que serve como sinalizadora da trajetória a ser percorrida, indicando habilidades, atos e atitudes para melhor desenvolver-se como pessoa.

Para VASCONCELOS (1995 p.88) *“a avaliação deve servir para que o professor capte as necessidades do aluno em termos de aprendizagem, e/ou as suas necessidades em termos de ensino (além, é claro, das outras necessidades relacionadas à escola, sistema de ensino, sociedade).”*

E, CRUZ (1995 p. 26) complementa enfatizando que *“a cada dia se torna mais importante a percepção da totalidade da vida em que se insere o aluno para se poder ajudá-lo como estudante na escola. Há vários fatores culturais extra-escolares que definem, muitas vezes, o modo de pensar, de agir e interagir dos alunos.”*

Eis os principais itens de uma **Proposta de Avaliação** do portador de necessidades educativas especiais, na área da visão, no ensino regular:

- Dados de identificação
- Diagnóstico médico-oftalmológico
- Avaliação da linguagem (sistemas morfológico, sintático, semântico e prosódico)
- Pressupostos do movimento
 - . Conduas de base
 - . Coordenação dinâmica global
 - . Coordenação fina
 - . Postura e equilíbrio
 - . Educação da respiração
 - . Conduas neuro-motoras

- . Esquema corporal
- . Lateralidade
- . Relaxamento

Condutas perceptivo-motoras

- . Organização espacial
- . Organização temporal
- . Estruturação espaço-temporal

Nível de escolaridade

Interação social

Observações complementares

Encaminhamentos

Na seqüência, serão detalhados e explicados todos os itens citados acima.

Dados de Identificação

Refere-se ao portador de necessidades educativas especiais na área da visão.

Diagnóstico Médico-oftalmológico

Fornecer informações quanto as causas da incapacidade da visão e o grau de comprometimento, calculado a partir da acuidade e da perda do campo visual.

Avaliação da Linguagem

A linguagem é uma das formas de comunicação. O indivíduo que está apto para a leitura e a escrita torna-se capaz de produzir textos significativos, orais e escritos, além de compreendê-los quando produzidos por outros.

O domínio dessa habilidade estende-se à compreensão e domínio dos conhecimentos fundamentais de Matemática, Ciência, Geografia, História, Educação Física, Educação Artística.

Pressupostos do Movimento

Para a pessoa portadora de necessidades especiais da visão, a educação física contribui, e muito, para o estudo do corpo humano em movimento. Esta disciplina poderá desenvolver não só a aptidão física como também habilidades e capacidades motoras necessárias a **atividades da vida diária, orientação e mobilidade**, um auto-conceito mais positivo, bem como, habilidades esportivas.

As atividades servirão de subsídios a uma descrição sucinta do conhecimento corporal para que o aluno aprenda, bem como de sua capacidade de situar-se, orientar-se e movimentar-se em qualquer espaço, tendo sempre como referência sua própria pessoa.

Condutas motoras de base: São as formas mais elementares do movimento que permitem à pessoa perceber e interagir com os seres e os objetos que a cercam.

- a. Coordenação dinâmica global - esta acompanha o desenvolvimento da criança, tal como: o rolar, andar, sentar, levantar, pegar, transportar, subir, descer, etc, envolvendo grandes grupos musculares e movimentos amplos;
- b. Coordenação fina - movimentos com maior precisão, envolvendo atividades de: rasgar e/ou amassar papel, montar, encaixar e modelar objetos; abotoar e desabotoar; dar e desmanchar nós e laços; receber e soltar uma bola, só com os dedos. Trata-se de pequenos grupos musculares e movimentos específicos.
- c. Postura e equilíbrio - postura é a organização das partes do corpo e, historicamente, é o resultado da visão de mundo que tem a sociedade, enquanto que, equilíbrio é a distribuição do peso do corpo, em relação à gravidade.

“O equilíbrio e a coordenação se tornaram requisitos básicos para a vida de relação do homem. Do equilíbrio depende o corpo de manter-se em pé, sendo a sua mobilidade fruto do coordenado relacionamento das partes do corpo.” (ROSADAS, 1991, p. 71).

Exercícios que auxiliam e testam o equilíbrio da criança e do adolescente: deslocar-se na ponta dos pés e/ou calcanhares, segurando ou não objetos (mão e/ou cabeça), andando sobre superfícies planas e/ou com pequenos obstáculos, saltar, pular, ultrapassar diversas barreiras, etc.

- d. Educação respiratória - movimentação rítmica do ar para dentro e para fora do organismo. Este elemento é fundamental para a vida humana e deve ser bem desenvolvido, através de exercícios, tais como: soprar canudos, encher bexigas, respirar ritmado, acelerado e/ou lentamente, percebendo a movimentação do abdômen, Tc. Inspirar e expirar pelo nariz (e não pela boca) interfere na capacidade de concentração e relaxamento.

Condutas neuro-motoras: são as condutas realizadas com imitação e/ou reprodução do movimento para melhor vivenciá-las.

- a. Esquema corporal - o portador de necessidades educativas especiais deve, antes de mais nada, não só conhecer seu próprio corpo, as partes que o formam, como também a capacidade de movimentação do mesmo. Brincadeiras e atividades ajudá-lo-ão a perceber melhor seu esquema corporal, isto é, a ter consciência e domínio de seu corpo como um todo bem como dos segmentos independentes do tronco.
- b. Lateralidade - é a percepção integrada dos dois lados; não significa dominância lateral. É tarefa do professor que trabalha com a criança em desenvolvimento ou em reabilitação, adequar exercícios e atividades que auxiliem o educando a lateralizar-se plenamente a fim de que disfunções futuras sejam evitadas, quer sejam do ponto de vista da fala ou da visão. Exercícios que poderão facilitar a apreensão de lateralidade: deslocamentos, comandos, toques, entrega e recebimento de objetos.
- c. Relaxamento - volta à calma. Trabalhar especificamente a respiração, contraindo e relaxando partes do corpo.

Condutas perceptivo-motoras: tem enorme influência sobre a organização e orientação espacial, pois o portador de necessidades educativas especiais deverá identificar formas, sons, espaços e tempo, durante o movimento.

- a. Organização espacial - capacidade de situar-se, orientar-se e movimentar-se, em diversas posições, tendo sempre como referência sua própria pessoa. Exercícios: nomeação adequada de objetos no espaço, em relação a si, aos demais e, aos objetos.
- b. Organização temporal - é representada pelo passado, presente e futuro. A criança poderá fazer a identificação e interpretação de conceitos temporais, através de atividades, brincadeiras e comandos do professor. Tempo cronológico: antes, depois, primeiro, último; tempo físico: lento, rápido, devagar, etc.
- c. Estruturação espaço-temporal - o portador de necessidades educativas especiais será capaz de se organizar e se orientar, em seu ritmo, num determinado espaço, com tempo adequado e, vice-versa.

Exercícios que o ajudarão: vencer determinada distância, em diferentes velocidades ou, com o mesmo tempo, vencer diferentes distâncias, estimar, em metros, distâncias percorridas e/ou em relação a objetos (pessoas, automóveis, ruas) distantes de si.

Nível de Escolaridade

Esta avaliação compreende a busca de dados e, poderá ser encaminhada da seguinte forma:

- a. através de informações do professor que atua diretamente com o aluno;
- b. através de instrumentos, elaborados pelo avaliador, conforme o *Currículo Básico Para a Escola Pública do Paraná*, correspondente à faixa etária e a série que o aluno se encontra;
- c. através de ambas as alternativas anteriores.

Tal procedimento se faz necessário para que o planejamento das atividades gere um ambiente favorável à aprendizagem do educando, aguçando-lhe a curiosidade.

Interação Social

Estabelecer relações é condição inerente ao ser humano. Portanto, caberá uma sondagem sobre o relacionamento: aluno x família; aluno x escola; aluno x professor; aluno x colegas, bem como frente a situações da vida diária.

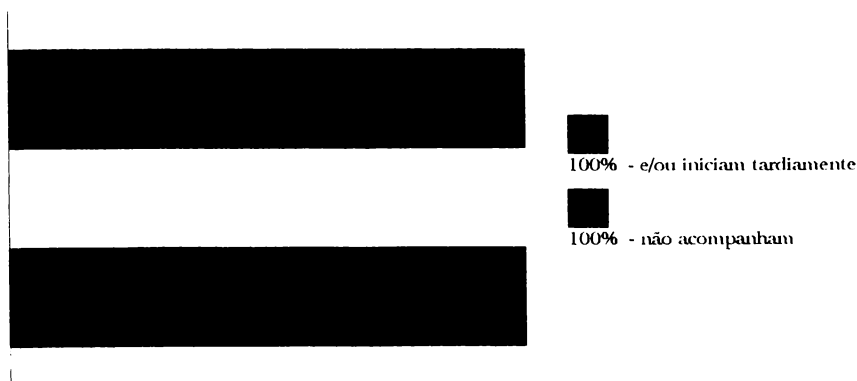
Encaminhamentos

Serão mencionados todos os recursos indispensáveis ao desenvolvimento do educando, ou seja, os atendimentos educacionais que fizerem necessários e/ou outros que venham contribuir para um melhor desempenho do aluno, além de sugestões para serem trabalhadas a nível escolar, familiar e social

Observações Complementares

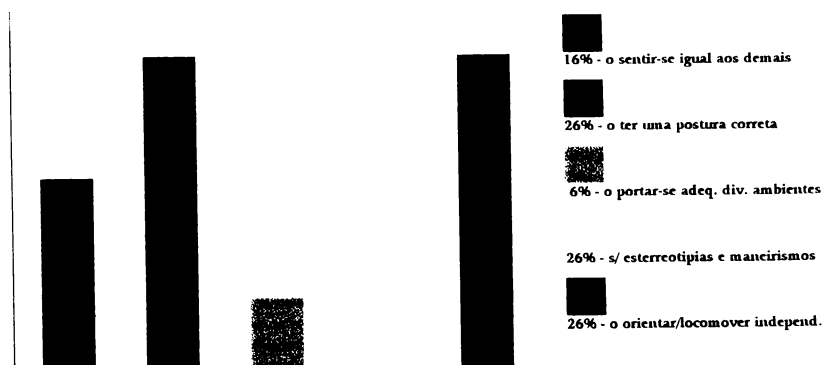
O profissional que realizar a avaliação deverá estar à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

5. No que tange à vida escolar do **portador de necessidades educativas especiais**, a relação idade-série corresponde aos padrões da escolaridade ou está em defasagem? Justifique



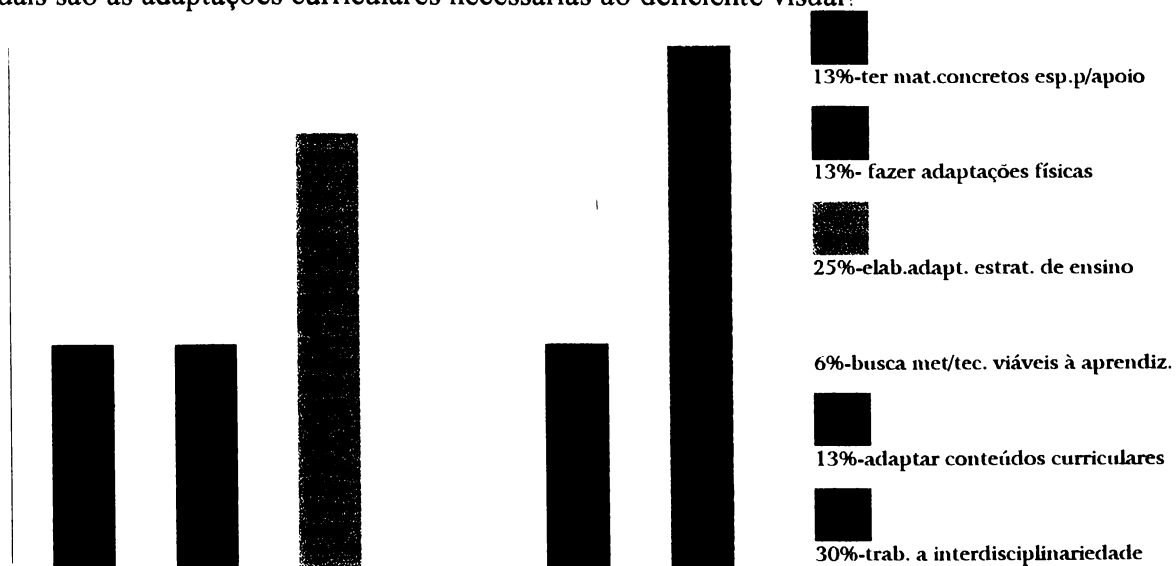
Para os professores entrevistados, está claro o porquê da não correspondência, idade-série, segundo os padrões da escolaridade, isto é, a defasagem está no não acompanhamento e/ou na tardia iniciação.

6. Que aspectos favorecem a integração social do **PNEE**?



Segundo a pesquisa realizada, postura incorreta, esteriotipias, maneirismos, dependência na locomoção, impedem a integração social do PNEE.

7. Quais são as adaptações curriculares necessárias ao deficiente visual?



A interdisciplinaridade aparece como um dos elementos mais fortes para se efetivar as adaptações curriculares necessárias à aprendizagem do deficiente visual. Em seguida, destaca-se também as adaptações das estratégias de ensino.

2.2 Demonstração de resultados

QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
01	a					
	b					
	c					

















QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
02	a					
	b					
	c					
	d					

QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
03	a					
	b					

QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
04	a					
	b					
	c					
	d					
	e					

QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
05	a					

QUESTÃO	Respostas	Prof. 01	Prof. 02	Prof. 03	Prof. 04	Prof. 05
06	a					
	b					
	c					
	d					
	e					

<i>QUESTÃO</i>	<i>Respostas</i>	<i>Prof. 01</i>	<i>Prof. 02</i>	<i>Prof. 03</i>	<i>Prof. 04</i>	<i>Prof. 05</i>
<i>07</i>	<i>a</i>					
	<i>b</i>					
	<i>c</i>					
	<i>d</i>					
	<i>e</i>					
	<i>f</i>					

3. PESQUISA DE CAMPO

Pressupostos do movimento

-Condutas motoras de base

-Coordenação dinâmica global

* (1) (2) (3) (4) (5)

(*numeração referente aos alunos testados)

A. Deslocamentos coordenando diferentes movimentos de braços e pernas

- | | |
|--|---------------------|
| a. Elevando os braços ao lado do corpo a cada passo | () () () () () |
| b. Elevando os braços ao lado alternando D e E, contrário ao passo | () () () () () |
| c. Elevar os braços simultânea e alternadamente à frente do corpo | () () () () () |
| d. A cada passo elevar os braços na seguinte ordem: | |
| . estendidos ao lado do tronco; na altura dos ombros; | () () () () () |
| . acima da cabeça; voltar na mesma seqüência. | () () () () () |
| e. Idem ao “d” segurando um bastão horizontalmente | () () () () () |
| f. Deslocar elevando o joelho D, tocando com a mão D | () () () () () |
| joelho E com a mão E | () () () () () |
| g. Idem ao “f” tocando o joelho D com a mão E e o joelho E com a mão D | () () () () () |

Obs: Realizar os deslocamentos também de costas

-Coordenação fina

- | | |
|---|---------------------|
| a. Atividades e brincadeiras de rasgar e amassar papel | () () () () () |
| b - Jogos de encaixe, modelagem, montagem | () () () () () |
| c - Abotoar, desabotoar, dar nós e laços | () () () () () |
| d - Desenhar, pintar e rabiscar | () () () () () |
| e - Receber e soltar uma bola | () () () () () |
| f - Receber e soltar uma bola, apenas com os dedos | () () () () () |
| g - Atividades com os dedos dos pés (olhos, boca, facial) | () () () () () |

- Postura e equilíbrio

A. Diferentes forma de deslocamento (sempre em linha reta, partindo do mesmo ponto)

- | | |
|--|---------------------|
| a. Deslocar-se na ponta dos pés | () () () () () |
| b. Deslocar-se apoiado nos calcanhares | () () () () () |
| c. Deslocar-se alternando ponta dos pés e calcanhares | () () () () () |
| d - Deslocar-se sobre uma corda estendida no chão | () () () () () |
| e - Deslocar-se equilibrando um bastão na mão | () () () () () |
| f - Deslocar-se equilibrando um objeto na cabeça | () () () () () |
| B. Em seis apoios (mãos, joelhos e pés), estender elevando do chão: | |
| braço D; perna E; braço E; perna D | () () () () () |
| C. Idem ao “B” sustentando alguns segundos cada posição | () () () () () |

- D. Encostar todo o corpo em uma parede (superfície plana) :
cabeça, ombros, costas, glúteos, calcanhares
- E. Encostar partes isoladas na parede: apenas o ombro (costas, braço, etc.)
- F. Exercícios de fortalecimento muscular (para a região abdominal e dorsal)
- G. Equilibrar-se em um pé, depois o outro
- H. Deslocar-se sobre uma superfície irregular e com pequenos obstáculos

-Educação da respiração

- a. Soprar para encher bexiga
- b. Soprar um canudo inserido numa vasilha com água, ouvindo o som das bolhas
- c. Variar o tempo da expiração, fazendo pequenas e poucas bolhas, em seguida grandes bolhas
- d. Soprar sobre a própria mão: forte, fraco, sentindo a diferença
- e. Soprar uma folha de papel próxima do nariz
- f. Inspirar e expirar obstruindo a narina D, narina E, alternadamente
- g. Idem ao nº “6” aprendendo a utilizar o lenço
- h. Inspirar e expirar sentindo o movimento do abdômen, com a mão
- i. Inspirar pelo nariz e expirar pela boca

- Condutas neuro-motoras

-Esquema corporal

- a. Brincadeiras e atividades com toques em diferentes partes de seu corpo e do colega
- b. Ao toque do professor “falar” a parte tocada.
- c. Repetir o movimento executado pelo professor (usando o tato)
- d. Repetir a posição assumida por um lado do corpo (sugerida com o lado contrário do corpo do aluno)
- e. Mostrar e tocar elementos essenciais: cabeça, braço, peito ...
- f. Transpor ao colega, mostrando: cabeça, braço, peito... do colega
- g. Sentado, costas na parede: “desencostar” cabeça, ombros, costas, alternadamente, elevando do chão: pé D, E, perna D, E
- h. Contrair, relaxar o corpo todo e segmentos corporais.
- i. Movimentar segmentos independentes do tronco:
. circular a cabeça sem movimentar os ombros_
. Movimentar ombros, independente do tronco

- Lateralidade

- a. Ao toque do professor “falar” o lado que foi tocado
- b. Tocar em seqüência: ombro D, mão D, coxa D, joelho D
- c. Alternar o toque: ora D, ora E
- d. Ao comando do professor: deslocar-se lateralmente para D, E.

- e. Passar e receber objetos: D, E, (grupo em círculo) () () () () ()
 f. Entregar e receber objetos com a mão D e E () () () () ()
 g. Relacionar seu lado D, E, com atividades da vida diária () () () () ()

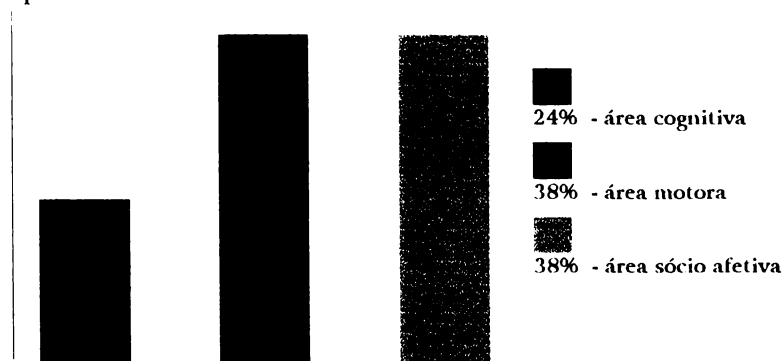
- Relaxamento

- a. Tomar consciência da posição do corpo (contrair e relaxar) () () () () ()
 b. Idem ao "1": contrair e relaxar partes do corpo () () () () ()
 c. Deitado, segurando uma bola sobre o bumbum () () () () ()

27

2.1 Gráficos dos Resultados obtidos nas Entrevistas com os profissionais que atuam na Educação Especial na Área Visual

1. Em sua opinião, quais as áreas que devem ser priorizadas, na **avaliação de ingresso** em um programa de educação especial?



Com relação ao gráfico acima, verifica-se que 38% acredita que as áreas motora e sócio afetiva devem ser priorizadas numa avaliação de ingresso da PPNEE, no ensino regular.

2. Quais os aspectos importantes dos **pressupostos do movimento** (condutas motoras, neuro-motoras, esquema corporal...) a serem abordados na avaliação do portador de necessidades educacionais

- i. Fazer o aluno falar do tempo que leva para realizar tarefas diárias
- j. Calcular e comparar o tempo que leva para realizar essas tarefas
- k. Realizar pequenas competições com tempo determinado

- Estruturação espaço-temporal

- a. Percorrer determinada distância em diferentes velocidades
- b. Percorrer uma distância (pequena, um pouco maior, mais longa) com igual tempo
- c. Percorrer uma distância em tempo/duração diferentes
- d. Classificar diferentes distâncias entre si, após ter explorado o ambiente
- . quantos passos (aproximadamente, sem contar) até a cadeira
- . quantos passos da cadeira até a mesa
- e. Tentar estimar, em metros, as distâncias classificadas anteriormente
- f. Classificar, em metros, (pessoas, veículos) que se aproximam e/ou passam próximo

4. TESTES

PRESSUPOSTOS DO MOVIMENTO

Condutas motoras de base

	<i>G.C</i>	<i>G.E.</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E.</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E</i>
Coordenação dinâmica global	<i>8 anos</i>	<i>8 anos</i>	<i>9 anos</i>	<i>9 anos</i>	<i>10 anos</i>	<i>10 anos</i>	<i>11 anos</i>	<i>11anos</i>
- a -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- b -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- c -	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
- d -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- e -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
- f -	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
- g -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>

	<i>G.C</i>	<i>G.E.</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E.</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E</i>	<i>G.C</i>	<i>G.E</i>
Coordenação fina	<i>8 anos</i>	<i>8 anos</i>	<i>9 anos</i>	<i>9 anos</i>	<i>10anos</i>	<i>10anos</i>	<i>11 anos</i>	<i>11anos</i>
- a -	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
- b -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- c -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- d -	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
- e -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- f -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>
- g -	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>não</i>

5. RESULTADOS

A seguir, serão apresentadas as tabelas I - II e III com os resultados dos grupos em estudo.

<i>Condutas motoras de base:</i>	<i>G.C</i> <i>8 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>8 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>10 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>10anos</i>	<i>G.C</i> <i>11anos</i>	<i>G.E</i> <i>11anos</i>
<i>Nº respostas</i>	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
<i>Nº acertos</i>	35	14	23	15	23	15	31	19	35	20
<i>%</i>	100%	40%	66%	43%	66%	43%	89%	54%	100%	57%

Tabela I - Análise do desempenho do grupo controle e do grupo experimental, frente as atividades de condutas motoras de base.

<i>Condutas neuro-motoras:</i>	<i>G.C</i> <i>8 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>8 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>10 anos</i>	<i>G.E</i> <i>10 anos</i>	<i>G.C</i> <i>11 anos</i>	<i>G.E</i> <i>11 nos.</i>
<i>Nº respostas</i>	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
<i>Nº acertos</i>	24	06	17	12	17	12	18	14	20	18
<i>%</i>	100%	25%	71%	50%	71%	50%	75%	58%	83%	75%

Tabela II - Análise do desempenho dos grupos - controle e experimental - frente as atividades de condutas neuro motoras.

<i>Condutas perceptivo-motoras:</i>	<i>G.C</i> <i>8 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>8 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>9 anos</i>	<i>G.E.</i> <i>9 anos</i>	<i>G.C</i> <i>10 anos</i>	<i>G.E</i> <i>10 anos</i>	<i>G.C</i> <i>11anos</i>	<i>G.E</i> <i>11anos</i>
<i>Nº respostas</i>	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
<i>Nº acertos</i>	25	03	14	04	14	04	24	15	24	21
<i>%</i>	93%	11%	52%	15%	52%	15%	89%	56%	89%	78%

Tabela III - Análise do desempenho do grupo controle e do grupo experimental frente às atividades de condutas perceptivo-motoras

Através da análise dos resultados pôde-se perceber que, no que se refere às **condutas motoras de base**, as respostas do grupo experimental foram, em todas as faixas etárias, inferiores as do grupo controle. A criança de 08 anos e 11 anos do G.C. atingiram 100% enquanto que as do G.E. obtiveram apenas 40% de acertos para a criança de 08 anos e 57% para a de 11 anos. Os dois indivíduos de 09 anos conseguiram 66%, no G.C., enquanto que o G.E. realizou apenas 43%. Na faixa etária dos 10 anos o G.C. obteve 89%, enquanto que o G.E. só conseguiu 54%.

Do mesmo modo, as **condutas neuro motoras** evidenciaram respostas superiores no G.C. Na faixa etária dos 08 anos o G.C. atingiu 100% e o G.E. apenas 25%. Os alunos de 09 anos do G.C. responderam com 71% e o G.E. chegou a 50%. Na faixa dos 10 anos, o G.C. realizou 75% e o G.E. ficou nos 58%. O resultado mais aproximado foi constatado na faixa etária de 11 anos: 83% para o G.C. e 75% para o G.E.

Finalmente, as **condutas perceptivo motoras** corroboram as afirmações acima, apresentando resultados superiores no G.C. Essas condutas exigem maior maturidade e, pelos resultados obtidos, verifica-se que a criança de 08 anos, pertencente ao G.C., obteve 93% de acertos, enquanto que a criança do G.E., dessa mesma idade, alcançou apenas 11%. Os alunos do G.C. de 09 anos responderam com 52% de acertos ao passo que os do G.E. chegaram a 15% apenas. O G.C. de 10 e 11 anos atingiram 89% e, em contra-partida, o G.E. de 10 anos ficou nos 56% e o de 11 anos atingiu os 78% .

Dessa forma, percebe-se que os indivíduos que recebem atendimento em programas especializados e têm acompanhamento no ensino regular, apresentam desempenho significativamente superior àqueles que ainda não desfrutam dessas oportunidades.

6. DISCUSSÃO

Em se tratando de “**peçoas que apresentam comprometimentos ópticos**” segundo as orientações da SEED (1994 p. 37) a avaliação para encaminhamento especializado independe da faixa etária.”

As respostas da clientela analisada foram independentes da faixa etária da mesma. Os desempenhos registrados evidenciam que crianças de 08 anos, por exemplo, respondem do mesmo modo que as de 11 anos (condutas motoras de base) ou ainda, que as respostas de faixa etária próxima estão bastante aproximadas (condutas neuro-motoras - faixa etária entre 09 e 11 anos).

Entretanto, as atividades que suscitam uma maior complexidade de entendimento (condutas perceptivo-motoras) a diferença nos resultados apresentados são discrepantes.

Segundo NOVI (1996 p.35) “a audição é primordial para orientar-se; o silêncio total poderá tornar difícil a locomoção do cego” impedindo-lhe sua orientação espacial. É de conhecimento que, para portadores de cegueira ou de baixa visão, a fonte principal de informações possa pela audição pois é a partir da discriminação de sons que tais pessoas interagem com o ambiente que as rodeia.

Entre as atividades propostas, as **condutas perceptivo motoras** envolviam a percepção auditiva para sua percepção. Neste caso, verificou-se que o grupo experimental apresentou uma defasagem extremamente acentuada comparado com o grupo controle.

CONCLUSÃO

A avaliação, bem como o encaminhamento precoce de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais torna-se fundamental para um trabalho no qual se pretende obter êxito.

Conclui-se que as crianças não atendidas e/ ou não acompanhadas, apresentam desempenho inferior às crianças atendidas, com o necessário acompanhamento.

A orientação espacial e a coordenação dinâmica global são pressupostos do movimento, indispensáveis para o desenvolvimento progressivo do portador de tais necessidades.

Entende-se que, uma postura correta, independência na locomoção e capacidade de orientação, assim como a ausência de estereotipismos e maneirismos contribuem e favorecem adequada integração do portador das referidas necessidades.

Assim, de modo geral, a interdisciplinaridade colabora para as adaptações curriculares necessárias ao desenvolvimento pleno do portador de necessidades educativas especiais.

SUGESTÕES

Indivíduos portadores de necessidades especiais deverão ter acompanhamento e/ou atendimento precoce especializado na área de psicomotricidade, com o objetivo de desenvolver plenamente suas potencialidades, numa busca constante de suprir-se suas necessidades educativas especiais.

ANEXOS

**PRINCÍPIOS LEGAIS REFERENTES À
PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS**

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Art. 1 - *Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.*

(Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU. 10/12/1948)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 05/10/88

Art. 205 - *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

LEI 9.394/96 - DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO - 20/12/96

Art. 58 - *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.*

LEI 7.853 - CORDE - 24/10/1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - 05/10/1989

Art. 173 - *O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como a educação do excepcional na forma da Constituição Federal.*

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO - Espanha - 07-10/06/1994

Art. 15 - *A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino a pessoas com necessidades educativas especiais. Ambas se baseiam no princípio da integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custo para fomentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, que faz parte de uma estratégia nacional cujo objetivo é conseguir a educação para todos.*

(extraído da Cartilha: **Pessoa Portadora de Deficiência - Integrar é o Primeiro Passo.**
Secretaria de Estado da Educação - PR / Departamento de Educação Especial, 1997 p.30)

COMO PREVENIR A DEFICIÊNCIA VISUAL

QUEM É O DEFICIENTE VISUAL

O portador de deficiência visual é toda pessoa que apresenta CEGUEIRA ou VISÃO SUBNORMAL (visão reduzida) em ambos os olhos.

CEGUEIRA - é a perda total e/ou resíduo mínimo de visão, que leva o indivíduo a necessitar do “Sistema Braille”, como meio de leitura e escrita, além de outros equipamentos específicos para o desenvolvimento educacional e integração social.

VISÃO SUBNORMAL - trata-se da pessoa que possui resíduo visual que a possibilita ler impressos a tinta, de forma ampliada ou com o uso de equipamentos específicos.

Tanto o portador de cegueira total como o de visão subnormal carecem de recursos didáticos especial para garantir suas possibilidades de desenvolvimento e participação.

COMO RECONHECER

Enquanto bebê deixa de:

- procurar fontes de luz;
- acompanhar visualmente pessoas e objetos;
- fazer movimentação de mãos frente aos olhos;
- virar-se no berço da posição frontal para dorsal;
- movimentar a cabeça, mãos pernas, olhar, em reação a estímulos;
- olhar e usar as mãos;
- estender os braços;
- responder sorrisos.

QUAIS AS CAUSAS MAIS COMUNS

- ☐ questões hereditárias, incompatibilidade sangüínea (fator RH).
- ☐ Sífilis, toxoplasmose, herpes vaginal e rubéola.
- ☐ Problemas durante o parto.
- ☐ Sofrimento fetal.
- ☐ Prematuridade.
- ☐ Resultantes de doenças como: sarampo, caxumba, meningite, bem como por uso indiscriminado de medicamentos.
- ☐ Acidentes traumáticos.

QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS?

- ☐ Visão subnormal.
- ☐ Cegueira.

COMO PREVENIR?

Antes da gestação:

- ∕ buscar aconselhamento genético;
- ☐ vacinar-se contra rubéola, sarampo, etc
- ☐ realizar exames laboratoriais (sífilis, toxoplasmose, hemograma, tipagem sangüínea)

Durante a gestação:

- ∕ evitar a exposição a raio X;
- ☐ evitar o uso de drogas, álcool e cigarro;
- ☐ usar medicamentos somente com prescrição médica;
- ☐ realizar acompanhamento médico mensal;
- ☐ alimentar-se adequadamente.

Durante o nascimento:

- ∕ procurar atendimento médico-hospitalar (obstetra e pediatra).

Após o nascimento:

- realizar o teste do pezinho (FENILCETONÚRIA);
- realizar acompanhamento pediátrico;
- vacinar a criança, periodicamente (BCG - SABIN - TRÍPLICE - SARAMPO - MMR);
- evitar o uso de medicamentos sem prescrição médica;
- evitar o excesso de oxigenação dos prematuros (em incubadoras).

ONDE ENCONTRAR APOIO

- Secretaria de Estado da Educação - Departamento de Educação Especial/PR.
- Núcleos Regionais de Educação.
- Escolas da Rede Pública de Ensino.
- Instituições Especializadas.

LEMBRE-SE:

- a família bem orientada poderá assegurar o desenvolvimento normal da criança;
- a estimulação nos primeiros anos de vida é essencial ao processo de aquisição e desenvolvimento da criança cega;
- o atendimento precoce é de fundamental importância, para minimizar a deficiência e para favorecer todo o desenvolvimento da criança;
- uma vez que lhe falta estímulos e o modelo visual, deverão ser propiciadas condições para se utilizar do sentido do tato e dos demais sentidos remanescentes;
- o teste de Snellen, utilizado nas Escolas, é um dos meios eficientes para detectar todo e qualquer problema visual, que poderá prejudicar o rendimento da criança no processo escolar.

ORIENTAÇÕES NO RELACIONAMENTO COM PESSOAS CEGAS

As pessoas que estabelecem contato com portadores de deficiência visual, seja de forma ocasional ou regular, revelam-se de um modo geral inseguras sobre como agir diante das diferentes situações que possam ocorrer.

É importante, antes de tudo considerar que a convivência em qualquer nível ou dimensão, constitui tarefa complexa. Implica em negociações, concessões, acordos e ajustes. Não por outro motivo, todas as sociedades humanas, em qualquer tempo histórico, trataram de elaborar e implementar códigos de etiquetas, encarregados de dirigir harmoniosamente as relações, amenizando o confronto das diferenças, desafio constante na invenção do cotidiano.

Nos casos onde a diferenciação social se dá através de marcas inscritas no corpo, tais estigmas podem tornar-se emblemáticas, enviesando todo o processo de interação. Em tais circunstâncias, desinformação, falta de esclarecimentos, estereótipos e as fantasias que daí derivam, dificultam ainda mais o convívio com portadores de deficiência.

A lista que reproduzimos a seguir, sobre o título “Cuidados no relacionamento com pessoas cegas”, é uma espécie de código de etiqueta no qual a relação com as pessoas portadoras de deficiência visual, recebe uma orientação básica, desenhada pelo negativo. Dizendo o que não se deve fazer no contato com o deficiente visual, define-se, em linhas gerais, um modo de tratamento adequado às interações das quais ele participa. As possibilidades de interação humana são muito amplas e as soluções encontradas pelos grupos para o convívio social harmônico sem dúvida ultrapassam em muito as situações contempladas na listagem de Robert Atkinson, diretor do Braille Institute of América Califórnia. Esta porém, sem dúvida proporciona orientações essenciais para um primeiro e, eventualmente, duradouro contato, virtude suficiente para, após adaptá-la à realidade cultural brasileira, republicá-las neste espaço.

01 - Não trate as pessoas cegas como seres indiferentes somente porque não podem ver. Saiba que elas estão sempre interessadas no que você gosta de ver, de ler, de ouvir e falar.

02 - Não generalize aspectos positivos ou negativos de uma pessoa cega que você conheça, estendendo-os a outros cegos. Não se esqueça de que a natureza dotou a todos os seres de

diferenças individuais mais ou menos acentuadas e de que os preconceitos se originam na generalização de qualidades, positivas ou negativas, consideradas particularmente.

03 - Procure não limitar a pessoa cega mais do que a própria cegueira o faz, impedindo-a de realizar o que sabe, pode e deve fazer sozinha.

04 - Não se dirija a uma pessoa cega chamando-a de “cego” ou “ceguinho”, é falta elementar de educação, podendo mesmo constituir ofensa, chamar alguém pela palavra designativa de sua deficiência sensorial, física, moral ou intelectual.

05 - Não fale com a pessoa cega como se fosse surda: o fato de não ver não significa que não ouça bem.

06 - Não se refira à cegueira como desgraça. Ela pode ser assim encarada logo após a perda da visão, mas, a orientação adequada consegue reduzi-la a deficiência superável como acontece em muitos casos.

07 - Não diga que tem pena da pessoa cega, nem lhe mostre exagerada solidariedade. O que ela quer é ser tratada com igualdade.

08 - Não exclame “maravilhoso”... “extraordinário”... ao ver a pessoa cega consultar o relógio, discar o telefone ou assinar o nome.

09 - Não fale de “sexto sentido” “nem de compensação da natureza” - isso perpetua conceitos errôneos. O que há na pessoa cega é simples desenvolvimento de recursos mentais latentes em todas as criaturas.

10 - Não modifique a linguagem para evitar a palavra ver e substituí-la por ouvir. Conversando sobre a cegueira com quem não vê, use a palavra cego sem rodeio.

11 - Não deixe de oferecer auxílio à pessoa cega que esteja querendo atravessar a rua ou tomar condução. Ainda que seu oferecimento seja recusado ou mesmo mal recebido por algumas delas, esteja certo de que a maioria lhe agradecerá o gesto.

12 - Não suponha que a pessoa cega possa localizar a porta onde deseja entrar ou o lugar onde queira ir, contando os passos.

13 - Não tenha constrangimento em receber ajuda, admitir colaboração ou aceitar gentileza por parte de alguma pessoa cega. Tenha sempre em mente que a solidariedade humana deve ser praticada por todos e que ninguém é tão incapaz que não tenha algo para dar.

14 - Não se dirija à pessoa cega através de seu guia ou companheiro, admitindo assim que ela não tenha condição de compreendê-lo e de expressar-se.

15 - Não guie a pessoa cega empurrando-a ou puxando-a pelo braço. Basta deixá-la segurar seu braço, que o movimento de seu corpo lhe dará a orientação de que precisa. Nas passagens estreitas, tome a frente e deixe-a segui-lo, mesmo com a mão em seu ombro.

16 - Quando passear com a pessoa cega que já estiver acompanhada não a pegue pelo outro braço, nem lhe fique dando avisos. Deixe-a ser orientada só por quem a estiver guiando.

17 - Não carregue a pessoa cega ao ajudá-la a atravessar a rua, tomar condução, subir ou descer escadas. Basta guiá-la, por-lhe a mão no corrimão.

18 - Não pegue a pessoa cega pelos braços rodando com ela para pô-la na posição de sentar-se, empurrando-a depois para a cadeira. Basta por-lhe a mão no espaldar ou no braço da cadeira, que isso lhe indicara a posição.

19 - Não guie pessoas cegas em diagonal, ao atravessar em cruzamento. Isso pode fazê-la perder a orientação.

20 - Não diga apenas “à direita,” “à esquerda”, ao procurar orientar uma pessoa cega à distância. Muitos se enganam ao tomarem como referência a própria posição e não a da pessoa cega que caminha em sentido contrário ao seus.

21 - Não deixe portas e janelas entreabertas onde haja alguma pessoa cega. Conserve-as sempre fechada ou bem encostadas à parede, quando abertas. As portas e janelas meio abertas constituem obstáculos muito perigosos para ela.

22 - Não deixe objetos no caminho por onde uma pessoa cega costuma passar.

23 - Não bata a porta do automóvel onde haja uma pessoa cega sem ter a certeza de que não lhe vai prender os dedos.

24 - Não deixe de se anunciar ao entrar no recinto onde haja pessoas cegas, isso auxilia a sua identificação.

25 - Não saia de repente, quando estiver conversando com uma pessoa cega, principalmente se houver algo que a impeça de perceber seu afastamento. Ela pode dirigir-lhe a palavra e ver-se na situação desagradável de falar sozinha.

26 - Não deixe de apertar a mão de uma pessoa cega ao encontrá-la ou ao desperdir-se dela. O aperto de mão substitui para ela o sorriso amável.

27 - Não perca seu tempo nem o da pessoa cega perguntando-lhe: “Sabe quem sou eu?”... “Veja se adivinha quem sou?” Identifique-se ao chegar.

- 28 - Não deixe de apresentar o seu visitante cego a todas as pessoas presentes, assim procedendo, você facilitará a integração dele ao grupo.
- 29 - Ao conduzir uma pessoa cega ao ambiente que lhe é desconhecido, oriente-a de modo que possa locomover-se sozinha.
- 30 - Não se constranja em alertar a pessoa cega quanto a qualquer incorreção em seu vestuário.
- 31 - Informe a pessoa cega com relação a posição dos alimentos colocados em seu prato.
- 32 - Não encha a xícara ou copo da pessoa cega até a borda. Neste caso ela terá dificuldade em mantê-los equilibrados.
- 33 - O pedestre cego é muito mais observador que os outros. Ele desenvolve meios e modos de saber onde está e para onde vai, sem precisar contando os passos. Antes de sair de casa, ele faz o que toda gente deveria fazer: procura informar-se bem sobre o caminho a seguir para chegar ao seu destino. Na primeira caminhada poderá errar um pouco, mas depois raramente se enganará. Saliências, depressões, ruídos e odores característicos ele observa para sua maior orientação.

Robert Atkinson (Diretor do Braille Institute of America, Califórnia)

- Adaptação feita pela equipe técnica da Divisão de Documentação e Informação do Departamento Técnico-Especializado e da Divisão e Reabilitação do Departamento de Atendimento Médico Nutricional e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant, contando com a participação da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA**, Custódio Luís de. Avaliação como aprendizagem de cidadania. REVISTA DE EDUCAÇÃO - A.E.C. nº. 94 Avaliação: novos paradigmas. Brasília: Coronário, 1995.
- BECKER**, Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. Porto Alegre, Educação & Realidade, 1994.
- BENJAMIN CONSTANT/Instituto Benjamin Constant/MEC**. Centro de pesquisa, documentação e informação nº 01. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1995.
- BOSSA**, Nadia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

26

2. ENTREVISTA

Visão do profissional que atua na Educação Especial na Área Visual

1. Em sua opinião, quais as áreas que devem ser priorizadas, na **avaliação de ingresso** em um programa de educação especial?

2. Quais os aspectos importantes dos **pressupostos do movimento** (condutas motoras, neuro-motoras, esquema corporal...) a serem abordados na avaliação do portador de necessidades educacionais especiais?

_____. Pobreza e política da educação. REVISTA DE EDUCAÇÃO - A.E.C. nº. 94
Avaliação: novos paradigmas. Brasília: Coronário, 1995.

_____. Pesquisa e Construção do Conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinariedade no Ensino Brasileiro. São Paulo: Loyola, 1993.

GAMA, Zacarias Jaegger. Avaliação na Escola de 2. Grau. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação Realidade, 1993.

LIMA, Lauro. Avaliação Escolar: julgamento ou construção?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortes, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil) Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Leis 4024/61 e 5692/71. Brasília: MEC/DDA, 1980.

NÓVOA, Antonio; ESTRELA, Albano. Avaliação em Educação: novas perspectivas. .. Portugal: Porto, 1993.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. Educação física especial para deficientes. RJ/SP: Livraria Ateneu Editora, 1991.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que Avaliar?: Como Avaliar?: Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. O deficiente visual na classe comum. São Paulo: SE/CENP, 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (DEPG). Currículo básico para a escola pública do Paraná. Curitiba: 1990

_____. Fundamentos teórico-metodológicos para a educação especial. Curitiba: 1994.

_____. (folder) Como prevenir a deficiência visual. Curitiba, 1997

_____. (cartilha) Pessoa portadora de deficiência. Integrar é o primeiro passo. Curitiba, 1997.

SINEPE/PR-CTBA. Lei nº 9394/96

VASCONCELOS, Celso. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1992 (Cadernos Pedagógicos do Libertad-3).

_____. Algumas observações sobre a mudança na prática da avaliação. A.E.C. Avaliação: novos paradigmas. Revista de Educação n. 94. Brasília: Coronário, 1995

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: Wva, 1997.